

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.175.976 - SP
(2017/0245496-5)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS
ADVOGADO : RUBENS HARUMY KAMOI E OUTRO(S) - SP137700
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : GENGIS AUGUSTO CAL FREIRE DE SOUZA - SP352423
S
PEDRO DE MORAES PERRI ALVAREZ E OUTRO(S) -
SP350341

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Evanice Callado Rodrigues dos Santos**, contra decisão monocrática de fls. 501/504, que negou provimento ao agravo em recurso especial do Município, deixando consignado, ainda, o pagamento de honorários recursais no montante de 20% do valor de honorários já estabelecido no processo.

Em seus aclaratórios, alega a parte embargante, em resumo, que existe obscuridade na decisão embargada, com relação à fixação dos honorários, sob o argumento de que, *"na respeitável decisão de Vossa Excelência, que acertadamente negou seguimento ao recurso especial da Recorrente, ora Embargada, foram fixados honorários de sucumbência equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo. Entretanto, em primeira e segunda instância foi determinada sucumbência recíproca, sem qualquer identificação de percentual. Importante ressaltar que o recurso especial da Embargada, que ensejou posteriormente a interposição de agravo, sendo proferida a decisão ora embargada, foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (2015) [...] diante de todo o trabalho realizado até o presente momento, requer a Embargante o esclarecimento da obscuridade, tão-somente com relação à verba sucumbencial, com a devida fixação dos honorários de sucumbência no patamar de 20% (vinte por cento) do valor da causa, consoante o disposto no artigo 85 e seus parágrafos do CPC/2015, devidamente corrigido e atualizado"* (fl. 508).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

Superior Tribunal de Justiça

O entendimento desta Corte é no sentido de que, para a fixação dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85 do CPC/2015, faz-se necessária a existência de condenação prévia em honorários sucumbenciais principais pelo Juízo de origem.

No presente caso, a Corte *a quo* reconheceu a sucumbência parcial e recíproca, estabelecendo que cada parte se responsabilizasse pelos honorários advocatícios do seu respectivo patrono.

Dessa forma, ausente a condenação da embargada ao pagamento de verba honorária a favor da outra parte, não é cabível o arbitramento dos honorários recursais previstos no art. 85 do CPC/2015.

Nessa linha, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 11, DO CPC/2015. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. FIXAÇÃO NA ORIGEM. AUSÊNCIA. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, é possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

3. Havendo sucumbência recíproca, em que cada parte se responsabiliza pela remuneração do seu respectivo patrono, sem a fixação expressa de valores, é incabível a majoração dos honorários advocatícios com base no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1340890/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 21/05/2019)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS A FAVOR DE UMA OU DE OUTRA PARTE.

1. Para majoração dos honorários advocatícios, nos termos do art.

Superior Tribunal de Justiça

85, § 11, do CPC/2015, faz-se necessária a existência de condenação prévia em honorários sucumbenciais principais pelo Juízo de origem.

2. Sucumbência recíproca em que cada parte se responsabiliza pelos honorários advocatícios do seu respectivo patrono.

3. Ausente a condenação ao pagamento de verba honorária a favor de uma ou de outra parte, não é cabível o arbitramento dos honorários recursais previstos no art. 85, § 11, do CPC/2015.

4. Embargos de declaração acolhidos para fins de esclarecimentos.

(EDcl no AgInt no AREsp 1080730/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 10/04/2018)

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator